

Repensar os mundos do trabalho: historiografia, gênero e história com Cristiana Schettini

Rethinking the worlds of labour: Historiography, gender, and history with Cristiana Schettini

Ludmila Scheinkman

Universidade de Buenos Aires
Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da Argentina
Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Ingrid Ladeira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

* Professora e doutora em História (Universidade de Buenos Aires, UBA). Investigadora assistente do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da Argentina (CONICET) no Instituto de Investigações de Estudos de Gênero (IIEGE) da UBA e é professora de História Argentina no curso de História da Faculdade de Filosofia e Letras da mesma universidade. Entre as suas publicações destaca-se o livro *La fábrica de chocolate. Trabajo, género y edad en la industria del dulce, Buenos Aires 1900-1943* (EUDEM, 2021), que recebeu o prêmio de 2019 para a melhor tese de doutoramento da Asociación Argentina para la Investigación en Historia de las Mujeres y Estudios de Género (AAIHMEG). O seu tema de investigação está relacionado com a experiência laboral, familiar, política e sindicalização de mulheres, jovens e crianças em Buenos Aires, entre o final do século XIX e o início do século XX. E-mail: ludmila.scheinkman@bue.edu.ar

 <https://orcid.org/0000-0002-0897-8914>

 <http://lattes.cnpq.br/0737859062421769>

** Pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora-bolsista Qualitec no Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino em História (LPPE). Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Mestra em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: ingridsladeira@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6789-7893>

 <http://lattes.cnpq.br/1963395815285597>

Cristiana Schettini é doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. É pesquisadora do CONICET e professora titular na Universidad Nacional de General San Martín, na Argentina, dando aulas na graduação e na pós-graduação. Publicou "*Que Tenhas Teu Corpo*": uma historia social da prostituição nas primeiras décadas do Rio de Janeiro republicano (2006) que recebeu o prêmio do Arquivo Nacional e *Clichés baratos: sexo e humor na imprensa ilustrada carioca* (2020). Foi uma das compiladoras de *Vivir con lo justo: estudios de historia social del trabajo en perspectiva de género* (2016) e de *Historias Cruzadas: diálogos historiográficos sobre el mundo del trabajo en Argentina y Brasil* (2019). Publicou diversos artigos sobre migração, trabalho sexual e histórias conectadas na América do Sul.

* * *

Entrevistadoras: Como você chegou aos estudos de gênero e às temáticas que hoje orientam sua pesquisa?

Cristiana Schettini: Cheguei aos estudos de gênero logo no começo da graduação. Tive a oportunidade de ter uma bolsa de iniciação científica para o projeto da professora Maria Clementina Pereira Cunha, que trabalhava então em uma história social do carnaval no Rio de Janeiro. Com a bolsa, eu devia pesquisar para o grupo, mas ela, desde o começo, me instigou a construir um recorte próprio dentro do tema geral, e imediatamente pensei nas mulheres. Não tenho uma boa explicação para isso: não tinha muitas leituras de feminismo, nem militância feminista, mas no fim dos anos 80, no fim da adolescência, convivi brevemente com sociólogas feministas e mulheres militantes, vinculadas ao PT. Meu interesse era bastante impreciso.

Como a formação na minha graduação era voltada para a história social, eu sempre ia com a pergunta de onde estavam as mulheres e o que estavam fazendo, em contraposição ao que se falava sobre elas. E as disputas sobre as transformações civilizatórias do carnaval no século XIX e começo do XX estavam cheias de mulheres fazendo de tudo. No meio da graduação, fiquei muito impressionada com um artigo da Joan Scott sobre a construção de uma noção de classe masculina durante o cartismo. Através da análise da linguagem dos cartistas, ela mostrava como o gênero era crucial para a compreensão da emergência de uma noção de classe masculina que

excluiu outras agendas. (Scott, 1989) Em pouco tempo, saiu na *Pagu*, a revista do núcleo de estudos de gênero da Unicamp, um debate em que a Louise Tilly e a Eleni Varikas ponderavam as possibilidades e os problemas da categoria de gênero da Joan Scott para a história social. (Varikas, 1994) Para mim, a Varikas foi uma espécie de síntese, indicando que havia algo que sobreviveria ao debate polarizado daquele momento: valorizava a abordagem da história social, centrada na experiência e na agência histórica, e ao mesmo tempo considerava que a categoria de gênero, centrada na análise da linguagem, poderia enriquecê-la. Mas o clima predominante na história social era de muita desconfiança, tanto da perspectiva feminista, porque um dos riscos atribuídos ao gênero era diluir a agência histórica das mulheres, como da perspectiva da pesquisa histórica, porque a perspectiva de gênero apostava em viradas teóricas radicais. A partir da sua experiência francesa, Varikas observava que essas grandes novidades não eram tão novas assim e tinham pontos de diálogo.

Dali em diante, os temas foram caindo no meu colo, literalmente. Primeiro, porque um amigo apareceu um dia com uma coleção encadernada com uma capa vermelha de uma revista de 1909, de papel acetinado, cheia de desenhos e fotografias de mulheres seminuas, uma estética art-nouveau, muito moderna, e com um sentido de humor difícil de entender. Achei que tinha o dever de trabalhar com aquilo no mestrado, como um desafio. Foi um grande aprendizado analisar fontes periódicas e treinar a capacidade de ler coisas aparentemente irrelevantes em busca de detalhes reveladores. Foi esgotador também. Depois disso, resolvi me voltar para a experiência social das prostitutas, o que me levou a uma pergunta mais imediata de história social: onde estavam, como viviam, como trabalhavam, como a República e a reforma urbana mudaram suas vidas.

Entrevistadoras: Na sua perspectiva, o que a articulação entre mundos do trabalho, gênero e racialidade — entre outras dimensões — acrescenta à compreensão do passado?

Cristiana Schettini: Fabiane Popinigis e eu temos pensado muito sobre isso nos últimos anos. A partir de um levantamento dos artigos sobre gênero publicados na *Revista Brasileira de História*, sugerimos que no Brasil, tanto na tradição da história social das mulheres como nos usos do gênero como categoria, a experiência social das

mulheres nunca foi dissociada de uma atenção a racialidade e ao trabalho. (Popinigis e Schettini, 2024) Provavelmente isso tem a ver com a centralidade das duas coisas — relações raciais e classe — no chamado pensamento social brasileiro. Mas há um certo silêncio comparativo sobre o gênero, o que também tem a ver com a “não centralidade” do feminismo nesse mesmo pensamento. Não podemos dizer que as mulheres não estejam nos clássicos do pensamento social brasileiro (quem poderia dizer que as mulheres não são importantes em Gilberto Freyre? Ou ignorar a importância do trabalho de Heleieth Saffioti em perspectiva marxista em um momento tão inicial para o feminismo brasileiro como 1967? Ou o lugar da raça e do gênero em autoras como Beatriz Nascimento, dez anos depois, no meio da ditadura?) Mas na história social que emerge de tudo isso, não se destaca o gênero, mas as questões da classe e da racialidade. O que talvez seja importante para termos em conta, e é nisso que temos pensado com a Fabiane, é que essa desimportância não quer dizer que a dimensão de gênero não esteja presente e organizando estas reflexões. Ela está, e como historiografia, temos conhecimento acumulado sobre o gênero, mesmo quando não leva esse nome. Reconhecer nossos próprios percursos históricos é importante para a discussão de formulações que soam como novidades, como a perspectiva interseccional, por exemplo. Em outras palavras, na melhor tradição da história social, trabalhos como o da Maria Odila Leite da Silva Dias, ou da Sheila de Castro Farias, por exemplo, nunca pensaram a experiência das mulheres separada das outras relações de dominação que organizaram a vida social. Esta é a nossa tradição de reflexão no campo da história social com gênero.

Entrevistadoras: De que maneira os feminismos e a pesquisa histórica feminista contribuíram para ampliar a noção de trabalho?

Cristiana Schettini: Acho que esta é uma das grandes contribuições dos feminismos para a pesquisa na história social. Dito tudo isso que eu disse acima, o fato é que há consequências palpáveis ao não se valorizar como o gênero esteve presente na pesquisa histórica brasileira. Uma delas é justamente que uma parte grande dos e das historiadoras no Brasil podem passar a vida achando que estão pensando sem o gênero; não estão treinados para reconhecer como há uma dimensão de gênero nos temas, nas agendas de pesquisa, e inclusive nas suas estratégias profissionais. Um dos

lugares em que talvez isso se note mais é exatamente na ampliação da noção de trabalho na pesquisa histórica. Não sei se a partir do Brasil é possível observar como se deu um processo de longo prazo, que aconteceu em muitos lugares ao mesmo tempo, em que o trabalho de pesquisadoras e ativistas feministas pressionou a história em sua totalidade, desnaturalizando sistematicamente formas de exploração laboral e de organização social do trabalho que nem sequer eram tratadas como um tema do trabalho. Quando a Joan Scott formula a noção de gênero como uma categoria de análise, talvez seja mais visível o impacto de sua leitura de autores da chamada teoria francesa, em especial de Derrida. Mas o outro pé da sua reflexão é sua formação como historiadora do trabalho da França. E aqui estou pensando tanto na sua pesquisa como em sua vida profissional. Em outras palavras, tanto em sua pergunta sobre como foi que um certo conceito de classe se estabilizou com os cartistas, ganhando sobre alternativas possíveis, mas também em sua experiência, junto com outras historiadoras, como Louise Tilly e Natalie Zemon Davis, em congressos e em agendas historiográficas que tendiam a empurrá-las para a mesa “das historiadoras que falam de mulheres”. No mundo do ativismo, Silvia Federici talvez seja uma das principais figuras que conectam aquele momento, em que as feministas organizaram movimentos como o de “salários CONTRA o trabalho doméstico” (wages Against housework) com os feminismos mais atuais. Elas estavam chamando a atenção, a partir do feminismo, para como o capitalismo só sobrevive com o trabalho não pago de muita gente, não só das mulheres, mas também de pessoas escravizadas, de crianças, de estudantes, de presos. É interessante pensar como esta pressão se deu em muitos lugares ao mesmo tempo, e acho que tem a ver com que houve mais diálogos produtivos entre os marxismos e os feminismos do que tendemos a reconhecer. Penso nas historiadoras feministas europeias, na produção historiográfica argentina, reunida recentemente em quatro tomos organizados por Valeria Pita e Debora D’Antonio, e na história social de perspectiva feminista que desenvolveu Chitra Joshi na Índia, por exemplo. (Pita e D’Antonio, 2023-2024)

Entrevistadoras: Você identifica diferenças significativas entre os desenvolvimentos desse campo em distintos países latino-americanos? Quais seriam as mais relevantes?

Cristiana Schettini: Não me arriscaria a falar sobre distintos países latino-americanos; já é suficientemente difícil rastrear esses desenvolvimentos nos casos da Argentina e do Brasil. O percurso do campo de estudos da história social com perspectiva de gênero na Argentina é bem interessante para formular perguntas sobre essas peculiaridades do caso brasileiro que mencionava antes. Não tem sentido mencionar as linhas de pesquisa e as trajetórias da história social das mulheres, porque são muitas, e recentemente foram condensadas graças ao grande projeto de uma *Nueva Historia de las Mujeres en la Argentina* que mencionei antes. Há algo das “condições materiais de produção” do conhecimento histórico que precisa ser levado em conta. O ambiente acadêmico argentino foi muito mais afetado que o brasileiro pela última ditadura militar. Com as sucessivas crises econômicas a partir do processo de democratização, o financiamento da pesquisa científica nunca se estabilizou. O período de maior continuidade e estabilidade em termos de investimento na pesquisa foram as quase duas décadas entre 2003 até este governo atual de extrema direita, que vem destruindo a infraestrutura e os recursos para a pesquisa com uma intensidade inédita. O contraste com o relativo crescimento sustentado de investimento na pesquisa e no ensino superior no último meio século no Brasil é notório. Tudo isso torna ainda mais chamativa a emergência de uma história social das mulheres que se expressou no trabalho de alguém como Mirta Lobato, que se formou como historiadora do trabalho fabril (sua tese foi sobre os frigoríficos de Berisso, a localidade conhecida como o “berço” do peronismo), mas que dedicou uma boa parte de sua vida profissional a analisar a experiência das mulheres nos mundos do trabalho e na vida comunitária em torno das fábricas. (Lobato, 2007) Por contraste, sua trajetória chama a atenção sobre como o tema do trabalho terminou diluído nas pesquisas de gênero no Brasil, e nos permite perguntar sobre qual, finalmente, tem sido o lugar do gênero na pesquisa sobre mundos do trabalho. É chamativo que, se considerarmos a pesquisa produzida no GT Mundos do Trabalho, por exemplo, vemos que o gênero entre em diálogo com os estudos da escravidão e das relações raciais, e que alimenta a reflexão de historiadoras como Glaucia Fraccaro sobre o feminismo das trabalhadoras, a partir de suas lutas por direitos. (Popinigis e Terra, 2019; Fraccaro, 2018) Mas na linha das pesquisas que renovaram o conhecimento sobre a classe

trabalhadora no século XX, ainda sabemos pouco sobre como o trabalho remunerado das mulheres nas fábricas e como sua atuação política incidiu nessa história.

Entrevistadoras: Quais você considera que ainda são as exclusões mais importantes na pesquisa histórica? Que sujeitos seguem, ainda hoje, à margem das narrativas e poderiam ser mais explorados? Nesse sentido, quais investigações recentes você considera mais instigantes e que transformaram sua forma de pensar nessas problemáticas?

Cristiana Schettini: A pergunta me faz pensar até que ponto o nosso propósito como historiadoras feministas, ou pelo menos atentas à perspectiva de gênero deveria ser o de ampliar nosso olhar a sujeitos pouco estudados, embora obviamente esta é uma dimensão fundamental. Mas a pergunta me deixa pensando se essa formulação implica, ou deixa implícito, que já sabemos o suficiente sobre qualquer coisa. Nesse sentido, acho que pode valer a pena continuar insistindo na outra promessa clássica da perspectiva de gênero, junto com a da visibilização, que é exatamente a confiança de que esta é uma perspectiva que muda e amplia nossa forma de fazer história, que funciona para melhorar as perguntas de pesquisa. Em outras palavras, que a atenção sistemática do feminismo e seu treinamento em desconfiar dos nossos pressupostos e desnaturalizar desigualdades e violências com as que vivemos cotidianamente, tudo isso nos ensina a fazer melhor história. No caso do Brasil, tenho acompanhado um pouco mais sobre os estudos que vem fortalecendo e explicitando como o gênero nos ajuda a entender melhor os problemas da história do trabalho escravizado e no chamado pós-abolição. Penso nos trabalhos de Marília Ariza e também nos artigos de Fabiane Popinigis, como um exemplo de duas gerações consecutivas de historiadoras cujas perguntas confluem para revisitar temas clássicos da história do trabalho com olhares que tratam gênero e racialização de forma indissociável. (Ariza, 2020; Popinigis, 2026) No caso da Argentina, é difícil delimitar, porque estou mais em contato com comunidades de historiadoras que se dedicam a muitos períodos e temas. Como representantes dessas comunidades, penso no trabalho de Gabriela Mitidieri, que se mete no mundo da história social, política e econômica do século XIX para nos mostrar como a organização social do trabalho da costura e suas transformações são cruciais para entender alguns processos de

“acumulação primitiva” – que se apropriou do trabalho de muitas pessoas — e de organização institucional que estão na base no grande desenvolvimento econômico, social e político na virada do século XX. (Mitidieri, 2025) E por outro lado, no trabalho da Silvana Palermo, historiadora que retoma de forma criativa a melhor tradição clássica da história social do trabalho, para estudar a política doméstica e as comunidades do trabalho ferroviário. (Palermo, 2026) Menciono a elas e as outras historiadoras que citei mais acima sempre pensando que são exemplos que condensam tendências em curso; e chamo a atenção para a centralidade da pesquisa de arquivo e do trabalho coletivo, de colaboração, para todas elas.

Entrevistadoras: De que maneira a história — em particular a história social do trabalho em perspectiva de gênero — pode contribuir para os debates contemporâneos sobre desigualdades no mercado de trabalho e para tensionar narrativas dominantes sobre trabalho, mérito e desigualdade no presente?

Cristiana Schettini: Não sei de que maneira a pesquisa histórica pode contribuir para os debates contemporâneos; acho que não temos como saber se isso pode acontecer nem como seria. Mas sim posso dizer que os debates e as tendências contemporâneas de reorganização do mercado de trabalho, a precarização e desumanização que estas tendências envolvem e como caminham juntas com uma conversa sobre mérito, individualismos e empreendedorismo alimentam minha pesquisa atual, sobre as artistas do teatro de variedades e seus trabalhos itinerantes em circuitos atlânticos. Acho que o tema é interessante porque envolve experiências de organização de formas precarizadas e superexploradas de organização do trabalho que assumem a aparência de trabalhos tão glamourizados que, novamente, nem sequer aparentam ser trabalhos. Também gosto do desafio de que esta não é a história de um “fazer-se” da classe em que se possa identificar um começo, um desenvolvimento, e um ápice. O desafio é o de entender um percurso em que, ao longo do século XX, o trabalho entra e sai como categoria identificadora da experiência coletiva das e dos artistas que sobem momentaneamente num cenário. O trabalho pode ser errático, breve, ou pode ser uma longa carreira, que passe por diferentes indústrias culturais. O resultado do trabalho, o produto ou estilo cultural, também é efêmero, podendo desaparecer ou perder vigência em pouco tempo. Mas

no começo do século XX, este trabalho organizou um lucrativo mercado de entretenimentos em uma escala global de uma forma inédita. E nesses circuitos, com o trabalho físico, corporal, de muitas pessoas e outros animais habilitou a circulação de muitos sentidos culturais e políticos. Acho que tudo isso é um tema de pesquisa que se torna relevante por causa dos tempos que estamos atravessando.

Entrevistadoras: Você acredita que esse campo de estudos tem incidência no debate público? De que formas isso poderia ser ampliado?

Cristiana Schettini: Não posso dar uma boa resposta a essa pergunta. Acho que é nosso dever continuar defendendo a importância de realizar pesquisa e explorar novos campos e perguntas, mesmo que não tenham incidência imediata no debate público; não temos que estar na última moda. Ao contrário, penso sempre nas historiadoras feministas como parte das feministas estraga-prazeres que menciona a Sara Ahmed – o que não quer dizer renunciar à alegria e do sentido de humor. (Ahmed, 2022) Por outro lado, acho que tem que prestar contas à sociedade, convencer o mundo em torno de nós que o que fazemos incide na nossa vida social, que conhecer com rigor é sempre melhor que não saber. Depois, o que se faz com isso é outra história...

Referências

AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. Tradução de Jamille Pinheiro, Sheyla Miranda e Mariana Ruggieri. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

ARIZA, Marília B. A. *Mães infames, filhos venturosos: trabalho, pobreza, escravidão e emancipação no cotidiano de São Paulo (século XIX)*. São Paulo: Alameda, 2020.

D'ANTONIO, Débora; PITA, Valeria Silvina (Dirs.). *Nueva historia de las mujeres en la Argentina*. Tomos I-IV. Buenos Aires: Prometeo, 2023-2024.

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

LOBATO, Mirta Zaida. *Historia de las trabajadoras en la Argentina (1869-1960)*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

MITIDIERI, Gabriela. *Las trabajadoras de las ropas: coser, lavar y disputar derechos en la ciudad de Buenos Aires, 1848-1870*. Buenos Aires: Prometeo, 2025.

PALERMO, Silvana A. Working-Class Fatherhood: Masculinity, Railroad Work, and the Social Question in Argentina's Early Twentieth-Century Illustrated Magazines. *Labor*, Durham, v. 23, n. 1, p. 79-104, mar. 2026.

POPINIGIS, Fabiane. Beyond Freedom: Stolen Back Wages and Radical Popular Abolitionism in Brazil. *Journal of the Civil War Era*, v. 16, n. 2, p. 294-315, jun. 2026.

POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. História Social do Trabalho e perspectiva de gênero no Brasil. *Almanack*, Guarulhos, n. 38, ef00624, 2024.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a História Social do Trabalho no Brasil (2001-2016). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 307-328, 2019.

SCOTT, Joan W. Sobre el lenguaje, el género y la historia de la clase obrera. *Historia Social*, Valencia, n. 4, p. 81-98, 1989.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 3, p. 63-84, 1994.